



Poços de Caldas

3º Congresso Nacional de Educação

EIXO TEMÁTICO: Currículo, Metodologia e Práticas de Ensino Educação e Diversidade.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: Relato de Vivência.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA POR MEIO DO PIBID, EM UMA CIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Autoras:

Carolina Cordeiro Sobral

Eridan Pires Conde Rocha

Tamires Silva Pinheiro

RESUMO

Este relato é sobre a vivência de inclusão no subprojeto de Pedagogia do programa PIBID em uma cidade do estado de São Paulo. O objetivo foi contextualizar o trabalho realizado no eixo de educação inclusiva com as diretrizes do Projeto Institucional. Com base na concepção sócio-histórica, nos referenciais teóricos sobre a inclusão e nos obstáculos com a desarticulação teórico-prática, como resultado do critério na distribuição dos eixos temáticos no subprojeto, chegou-se à reflexão de que é necessário aperfeiçoar a percepção de inclusão escolar.

Palavras Chave: PIBID. Educação. Perspectiva inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil se expandiu a partir da década de 90, após a Constituição (1988) estabelecer o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Art. 208 - III) e da importação ideológica estadunidense – a inclusão como imperativo moral. (MENDES, 2006, 2010).

E o que isso mudou? Se nos últimos 30 anos, anteriormente ao movimento de inclusão, havia o predomínio de escolas especiais ou classes especiais em escolas regulares, a partir dos debates nos anos 90, especialmente nos Estados Unidos, a tendência nesse atendimento educacional especializado mudou para a inclusão, consolidada em seguida com a Declaração de Salamanca, em 1994, a qual lista uma série de ajustamentos para as escolas, os serviços externos de apoio, as políticas, as nações, os educadores, as comunidades, em prol da equidade, como fundamento da educação inclusiva.

2. METODOLOGIA

As ações na escola tiveram por base os planos de desenvolvimento individual (POKER, 2013) para diagnóstico e desenvolvimento das funções cognitivas, motoras, pessoais e sociais, por meio da oralidade mediada por imagens, alfabeto e números móveis, caixa sensitiva, massinha de modelar, leitura de história, sequência lógica, desenho, alfabeto e brincadeiras de roda da cultura popular. A arte foi um instrumento mediador de aprendizagem

e possibilitou oferecer aos alunos outros pontos de vista sobre os conteúdos que eles recusavam.(DALA SANTA & BARONI, 2014) (BARROCO& SUPERTI, 2014)

Na ação com figuras geométricas planas e sólidas, de diferentes texturas, em caixa das sensações, foi trabalhado formas, cores e tamanhos. Além disso, os alunos reproduziram as formas com massinha de modelar, fizeram seus personagens preferidos e usaram letras móveis para nomear cada um. Porém, as letras móveis não foram interessantes para eles.

Por essa identificação de dificuldade, foram planejadas ações com letras impressas em papel pardo, do tamanho de uma folha de uma folha sulfite, tintas e varal para pendurar palavras formadas com essas letras. Com estes recursos, houve interesse e melhor participação, pois eles gostam de arte. Misturando cores nas letras, conversavam sobre qual letra estavam pintando, enquanto a mediação acontecia sobre o uso em palavras do contexto deles. (FREIRE, 1989) Para o varal, diziam o porquê queriam formar tais palavras, um discurso, uma narrativa.

Em outra intervenção, foi realizada uma leitura para os alunos, sem mostrar as ilustrações. Eles desenharam as ilustrações do livro de acordo com seus entendimentos, pelas características descritas sobre o personagem na narrativa. Depois colocaram em sequência figuras desordenadas, de acordo com o enredo da história.

3. INTEGRAÇÃO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INCLUSÃO TOTAL.

As maiores discussões foram sobre referenciais teóricos, por a educação inclusiva ser uma área com vasta produção bibliográfica e divergências teóricas, enquanto a formação no PIBID não estava articulada com a formação no curso de Pedagogia, sendo a matéria do semestre seguinte, o que dificultou a ação consciente, sendo que o Projeto Institucional (2018, p.3) orienta quanto à relação teoria e prática:“atividades elaboradas ou executadas[...]que tenham caráter de reforço das atividades acadêmicas [...] que integrem a prática com atividades desenvolvidas em cursos que o aluno frequentou no centro formador naquele semestre”.

Durante a vivênciafoi estudada a concepção da inclusão total (MANTOAN, 2003), o que colocou em dúvida se o trabalho realizado pelo eixo de inclusão estava na perspectiva inclusiva, pois a inclusão total considera a perspectiva inclusiva ainda como integração, numa perspectiva dualística de integração x inclusão, considerando segregação os espaços de reforço e atendimento especializado na escola. Esta desequilíbrio foi resolvida posteriormente com a pesquisa histórica com base em Mendes(2006/2010),de modo que:

A integração priorizou as escolas e organizações especiais e as salas especiais que ficavam quase escondidas dentro de escolas regulares. Atualmente, a integração ainda acontece, quando o (a) aluno (a) está em escola regular ou especial, porém não participa das aulas, apenas está inserido, socializado no meio escolar, estando desta forma, até mesmo excluído.

A inclusão surgiu na década de noventa, nos Estados Unidos, como substituição da integração. Esse movimento teve uma bifurcação, sendo um, a educação inclusiva, em que todo o espaço escolar é considerado, com sala de aula regular, sala de reforço, atendimento especializado, todos com foco não apenas na socialização, mas também na garantia de aprendizagem, levando em consideração os potenciais de cada um, a necessidades de adaptações curriculares e atividades para a participação de todas as crianças.Já a inclusão total ou radical é a outra linha da bifurcação, que defende o atendimento total em sala de aula regular. Contudo, a educação inclusiva é também inclusão, na medida em que prioriza o aprendizado para todos.

A educação para todos foi reforçada com a Declaração de Salamanca (1997), com a garantia do aprendizado e a pedagogia centrada no aluno, onde a escola regular é o meio mais apropriado para combater a discriminação. Com exceção de quando a necessidade do aluno é mais bem atendida em outros espaços, como hospitais, casa, escolas especiais. A educação especial não se limita às pessoas portadoras de deficiência (nomenclatura da declaração), mas também as pessoas com dificuldades de aprendizagem, superdotados, crianças que trabalham, marginalizadas, nômades, minorias linguísticas, étnicas ou culturais. Os educadores devem ter formação sistêmica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração foi um movimento importante para que as crianças com necessidades específicas tivessem acesso à escola e a socialização neste ambiente. No entanto, hoje a integração não é mais o bastante. É preciso garantir o aprendizado pedagogicamente, com currículos e atividades adaptados conforme as necessidades dos alunos. É preciso ter consciência das necessidades específicas para planos de intervenções, porém, sem se restringir às dificuldades, mas perceber e trabalhar com os potenciais dos alunos, entendendo que todos os alunos ganham com ações e aulas que buscam relações humanas não discriminatórias, oferecendo a educação que cada um precisa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROCO, S. M. S. & SUPERTI, T. Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 22-31, jan/abr. 2014.
- BRASIL, Assembléia Nacional Constituinte. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1988.
- _____, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência –CORDE, 1997.
- _____. Projeto Institucional registrado na Plataforma Freire. Capes. 30 de jul. 2018.
- DALA SANTA, F. & BARONI, V. As raízes marxistas do pensamento de Vigotski: contribuições teóricas para a psicologia histórico-cultural. *Kínesis*, v. VI, n. 12, p.1-16, dez. 2014.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- GONÇALVES MENDES, E. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 387-559, set./dez. 2006.
- _____. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Educación y Pedagogía*, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, maio/ago. 2010.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- POKER, Rosimar Bortolini [et. al.]. *Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado* – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf. Acesso em: 1 de ago. 2018.